ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Joyce Vieira de Castro Marra[1]

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado do projeto de pesquisa de Mestrado Profissional intitulado "Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede pública de ensino do Distrito Federal: Memória, Identidade e Gestão", vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Brasília (IFB). O projeto parte da necessidade de compreender de que forma as memórias individuais e coletivas sobre o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional da rede pública de ensino do Distrito Federal podem colaborar para o aprimoramento da gestão em uma perspectiva de rede.

Sua justificativa decorre da necessidade de sistematizar a experiência da Educação Profissional e Tecnológica ofertada pela rede distrital de ensino, com foco na constituição do Ensino Médio Integrado, a qual permanece pouco documentada. Um levantamento realizado no repositório de dissertações do ProfEPT retornou vinte e seis dissertações para a palavra chave "rede federal" e seis para "rede estadual", das quais apenas duas abordavam o Ensino Médio Integrado, enquanto os termos relativos ao Distrito Federal não retornaram registros.

O trabalho como princípio educativo, um dos fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), orienta a formação humana integral ao articular teoria e prática, ciência e cultura, trabalho manual e trabalho intelectual. Nessa perspectiva, o trabalho é compreendido não apenas como atividade produtiva, mas como elemento central para o desenvolvimento da capacidade do ser humano de constituir-se como ser e de promover transformações no meio natural e no meio social.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Brasília (IFB), marrajoyce@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMI) representa uma forma de materializar essa concepção, propondo, por meio do currículo integrado, a superação da dicotomia entre formação geral e formação profissional.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo geral sistematizar a trajetória histórica do Ensino Médio Integrado ofertado na rede pública de ensino do Distrito Federal pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Como objetivos específicos, busca-se: a) identificar as instituições educacionais que ofertam o EMI, b) analisar os Projetos Políticos Pedagógicos dessas instituições, c) relacionar a implementação do EMI na rede pública de ensino do Distrito Federal com as políticas educacionais nacionais vigentes no período estudado.

A pesquisa, fundamentada na abordagem materialista histórica-dialética, tem o intuito de compreender e situar o Ensino Médio Integrado dentro da totalidade das relações sociais buscando a sua historicidade e analisando a relação com outros elementos da realidade social (Cury, 1989; Netto, 2011). O trabalho é visto como princípio educativo (Saviani, 2007), o currículo integrado como possibilidade de superação da dualidade entre formação geral e formação profissional (Ramos, 2017). A memória, por sua vez, é compreendida como elemento constitutivo da identidade individual e coletiva (Le Goff, 2023) e como construção social sujeita as transformações (Pollak, 1992).

A pesquisa é qualitativa, de cunho descritivo, com a realização de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das instituições de ensino que ofertam o EMI. Os resultados indicam que há cinco instituições educacionais que ofertam o Ensino Médio Integrado, sendo a primeira oferta iniciada em 2006 e a última oferta em 2026, e que a implementação do EMI não ocorreu em uma perspectiva de rede. Esta implementação foi orientada por diferentes políticas educacionais nacionais e por seus respectivos arranjos curriculares. Nas considerações finais, defendemos que a sistematização dessa trajetória histórica pode contribuir para fortalecer a identidade institucional do Ensino Médio Integrado na SEEDF bem como subsidiar sua gestão em uma perspectiva de rede.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa de cunho descritivo, fundamentada no materialismo histórico-dialético. O percurso metodológico foi desenvolvido em duas

etapas, sendo a primeira constituída de pesquisa bibliográfica e a segunda de pesquisa documental.

Na primeira etapa, a pesquisa bibliográfica teve como objetivo identificar os (as) autores (as) de referência para o debate sobre trabalho e educação, Ensino Médio Integrado, memória e identidade. Ainda nessa etapa, buscou-se dimensionar a produção do ProfEPT sobre as redes públicas de ensino. Como ferramenta, utilizou-se o repositório de dissertações disponível no Observatório do ProfEPT, plataforma desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Mineração de Dados e Imagens (MiDI) do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), com o objetivo de realizar o mapeamento das áreas de pesquisa do programa, por meio da disponibilização dos dados dos perfis dos docentes, dos indicadores de pesquisa e do registro de egressos, dissertações e produtos educacionais. A busca no repositório de dissertações foi realizada no campo "Assunto", com o filtro "Todas as Instituições Associadas", a partir das palavras-chave "rede estadual", "rede distrital" e "rede federal" e dos termos "rede pública de ensino do Distrito Federal", "Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional", "CEMI", "Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal" e "SEEDF".

Na segunda etapa, foi realizada pesquisa documental nos Projetos Políticos Pedagógicos das cinco instituições que ofertam o EMI bem como nas informações disponíveis no Sitio Eletrônico da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Os dados analisados foram organizados por ano de início da implementação, instituição educacional, Região Administrativa, curso técnico integrado ofertado e política nacional vigente à época da implementação, e encontram se sistematizados no Quadro 1, apresentado na seção de resultados.

Quanto aos aspectos éticos, não houve a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa visto que não houve a participação de seres humanos nestas etapas da pesquisa, onde foram utilizadas, exclusivamente, documentos de acesso e de domínio público. Ademais, também não foram utilizadas imagens de pessoas ou de instituições, e o quadro apresentado foi elaborado pela autora.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na perspectiva materialista histórica e dialética, o trabalho, com sua dimensão ontológica, é entendido como uma atividade essencialmente humana por meio da qual o homem constitui-se em homem mediante "o ato de agir sobre a natureza transformando-

a em função das necessidades humanas" (Saviani, 2007, p. 154). Por meio do trabalho, o ser humano não apenas transforma o meio natural, mas transforma também a sua própria natureza. Nesse sentido, trabalho e educação, em sua essência, possuem uma relação de identidade, por serem, ambos, processos de humanização

> Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações (Saviani, 2007, p. 154).

A "apropriação privada da terra" configurou "duas classes sociais fundamentais: a classe dos proprietários e a dos não proprietários" rompendo a relação de identidade entre trabalho e educação, repercutindo na fragmentação do trabalho, dividido entre trabalho manual e trabalho intelectual, institucionalizando a educação na escola (Saviani, 2007, p. 155).

Cada classe social recebeu um "tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental" a fim de combater esta escola dividida é necessário "criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza os jovens até os umbrais da escolha profissional, formando-o durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige" (Gramsci, 2024, p. 50). Nesse sentido, surge a "escola unitária" como possibilidade de estabelecer novas relações entre trabalho intelectual e trabalho manual, integrando as duas dimensões em um único espaço educativo, visto que ambas as dimensões são primordiais para o desenvolvimento humano integral e para a vida em sociedade.

O Ensino Médio Integrado surge como a possibilidade de concretização da "escola unitária" ao apresentar-se como possibilidade de superação da dualidade estrutural que separa a formação destinada à elite dirigente daquela destinada à classe trabalhadora. Ao discutir a concepção de currículo integrado, Ramos (2017) atribui quatro sentidos à integração, os quais, articulados, viabilizam uma educação comprometida com a formação humana integral dos estudantes. São eles: filosófico, ético-político, epistemológico e pedagógico.

O sentido filosófico reconhece o trabalho como princípio educativo e busca integrar trabalho, ciência e cultura como dimensões fundamentais da práxis social. O sentido ético-político afirma a indissociabilidade entre educação básica e profissional. Os

sentidos epistemológico e pedagógico operacionalizam esses fundamentos na prática educativa: o primeiro exige que os saberes sejam apreendidos tanto em seus campos disciplinares quanto em suas relações interdisciplinares; o segundo define as formas de seleção, organização e ensino dos conhecimentos por meio de uma prática curricular integrada.

A memória, categoria central desta pesquisa, é entendida em conformidade com como "instrumento e objeto de poder", com a propriedade de conservar determinadas informações e revelar as necessidades e as aspirações de certos grupos sociais (Le Goff, 2023, p. 435). De acordo com o autor, a memória é "elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia".

A memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes (Pollack, 1992). Nesse sentido, as memórias sobre a constituição do Ensino Médio Integrado não se constituem como registros individuais e isolados, mas como construções coletivas que refletem as experiências compartilhadas pelos sujeitos que participaram da implementação e da consolidação dessa forma de oferta da EPT.

Os lugares de memória, entendidos por Pierre Nora como "sinais de reconhecimento e pertencimento a um grupo" podem ser os arquivos, as bibliotecas, os dicionários, os museus, assim como as comemorações, as festas, os monumentos, as associações e os testemunhos de outro tempo (Ciavatta, 2005, p. 11). Nesse sentido, os documentos institucionais, como os Projetos Políticos Pedagógicos, podem ser lidos como lugares de memória nos quais cada instituição registra uma versão da sua própria história.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa documental nos Projetos Políticos e Pedagógicos permitiu mapear o histórico das cinco instituições educacionais que ofertam o Ensino Médio Integrado na rede pública de ensino do Distrito Federal, o qual apresentamos no Quadro 1.

ISSN: 2358-8829

Quadro 1 – Trajetória do Ensino Médio Integrado na rede pública de ensino do Distrito Federal (2006–2026)

Início da oferta de EMI	Instituição Educacional	Região Administrativa	Curso técnico integrado	Política nacional vigente
2006	Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Gama	Gama	Informática	Decreto nº 5.154/2004
2016	Centro de Ensino Médio Integrado do Cruzeiro	Cruzeiro	Informática para internet	Decreto nº 5.154/2004
2018	Centro Educacional Sttela dos Cherubins Guimarães Trois	Planaltina	Informática para internet	Decreto nº 5.154/2004 e Lei nº 13.415/2017
2022	Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional de Taguatinga	Taguatinga	Computação gráfica	Decreto nº 5.154/2004 e Lei nº 13.415/2017
2026	Centro Educacional 310 de Santa Maria	Santa Maria	Programação de Jogos Digitais	Decreto nº 5.154/2004 e Lei nº 14.945/2024

Fonte: elaborado pela autora (2026), com base nos PPPs das instituições de ensino.

Os dados mostram que a oferta do EMI iniciou em 2006, no Cemi do Gama, chegando ao ano de 2026 com a implementação em sua quinta, e, última, instituição de ensino, o Centro Educacional 310 de Santa Maria.

O Cemi Gama (2006) e o Cemi Cruzeiro (2016) originam-se durante a vigência do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, marco legal do Ensino Médio Integrado, que estabeleceu a articulação da educação profissional técnica de nível médio ao ensino médio de forma integrada destinada a quem já concluiu o ensino fundamental, ofertada na mesma instituição de ensino e com matrícula única, conduzindo o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio (Brasil, 2004).

O CED Sttela dos Cherubins (2018) e o Cemi de Taguatinga (2022) originam-se na vigência da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, intitulada pelo Ministério da Educação de "Novo Ensino Médio", a qual alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e reorganizou o currículo em duas partes: Formação Geral Básica, definida pela Base Nacional Comum Curricular, e os Itinerários Formativos. A formação técnica e profissional passou a ser um desses itinerários, ao lado do itinerário das quatro áreas do conhecimento (Brasil, 2017). Embora não tenha revogado o Decreto nº 5.154/2004, o Novo Ensino Médio deslocou a formação técnica e profissional para uma das opções do itinerário formativo, colocando em risco à concepção de integração curricular e sua operacionalização.

ISSN: 2358-8829

O CED 310 de Santa Maria (2026) origina-se na vigência da Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024, denominada pelo Ministério da Educação de Política Nacional do Ensino Médio, a qual alterou, novamente, a LDB com a reformulação do ensino médio, com a ampliação da carga horária mínima da Formação Geral Básica para 2.400 horas e da Formação Técnica e Profissional para 2.100 horas, das quais até 300 horas podem ser destinadas aos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular articulados à formação profissional. (Brasil, 2024). Com isso, a lei recompôs parte da formação geral que havia sido reduzida em 2017 e manteve a formação técnica e profissional como um dos percursos formativos possíveis ao ensino médio.

Em vinte anos, a oferta do Ensino Médio Integrado na rede pública de ensino do Distrito Federal alcançou apenas cinco das catorze Coordenações Regionais de Ensino existentes na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, sendo organizada mediante três reformas curriculares realizadas na LDB. A implementação não ocorreu, portanto, em uma perspectiva de rede, mas de forma pulverizada, por adesão das instituições de ensino, pautadas por diferentes arranjos curriculares definidos pelas políticas nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho sistematizou o percurso histórico do Ensino Médio Integrado ofertado no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. A pesquisa documental identificou a oferta do EMI em cinco instituições educacionais, quais sejam: Cemi do Gama (2006), Cemi do Cruzeiro (2016), CED Stella (2018), Cemi de Taguatinga (2022) e CED 310 de Santa Maria (2026) revelando que o processo de implementação, iniciado há 20 anos, ocorreu de forma pulverizada, restrita a cinco das catorze Coordenações Regionais de Ensino existentes na rede pública de ensino do DF, orientada por diferentes políticas educacionais nacionais e por seus respectivos arranjos curriculares, quais sejam: Criação do Ensino Médio Integrado (2004), Novo Ensino Médio (2017) e Política Nacional do Ensino Médio (2024).

A sistematização dessa trajetória histórica pode contribuir para fortalecer a identidade institucional do Ensino Médio Integrado ofertado na rede pública de ensino do Distrito Federal, subsidiar a sua gestão em uma perspectiva de rede e ampliar os estudos sobre a EPT realizadas no âmbito das redes estaduais e distrital.

Os limites desta pesquisa estão relacionados com o seu caráter predominantemente descritivo, que não permitiu aprofundar a análise crítica dos impactos na organização curricular do Ensino Médio Integrado decorrentes das reformas curriculares promovidas pelas políticas educacionais vigentes no período estudado. Entretanto, destacamos a pertinência em descrever a trajetória histórica do Ensino Médio Integrado, tendo em vista que a compreensão do objeto de pesquisa exige "apreendê-lo em sua historicidade", "partindo de sua aparência" para alcançar a essência por meio de suas determinações e contradições (Netto, 2011, p. 22).

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado; Rede pública de ensino do Distrito Federal; Memória; Identidade; Gestão em rede.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) pelo apoio financeiro concedido por meio do Edital nº 02/2026 - FAPDF PARTICIPA que viabilizou a participação neste evento. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Brasília (IFB) e ao meu orientador, Prof. Dr. Cláudio Nei Nascimento da Silva, pelo acompanhamento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 18 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 18 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para definir diretrizes para o ensino médio, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 1 ago. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14945.htm. Acesso em: 27 nov. 2025.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *Trabalho Necessário*, Niterói, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122. Acesso em: 14 set. 2025.

CURY, C. R. J. *Educação e contradição*: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 4. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. *Projeto político-pedagógico*: PPP das escolas. Brasília, DF: SEEDF, 2025. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/projeto-politico-pedagogico/. Acesso em: 18 set. 2025.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024. v. 2.

LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2023.

MATTAR, J.; RAMOS, D. K. *Metodologia da pesquisa em educação*: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. São Paulo: Almedina, 2021.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, M. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAUJO, A. C.; SILVA, C. N. N. da (org.). *Ensino médio integrado no Brasil*: fundamentos, práticas e desafios. Brasília, DF: Editora IFB, 2017. p. [páginas].

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007.